

Iniciativas para fortalecimento do mercado avançaram em 2014, avaliam associados

Pesquisa aplicada em outubro mostra percepção de representantes de instituições associadas

Os participantes puderam julgar os avanços em cada uma das prioridades estratégicas definidas pela Diretoria: fortalecer o mercado de capitais brasileiro, promover o aperfeiçoamento tributário, fortalecer a coordenação de interesses dos associados local e globalmente e promover a educação financeira.

Cerca de 39% dos associados disseram acreditar que houve avanços significativos nas iniciativas voltadas ao fortalecimento do mercado de capitais, um crescimento de 22 pontos percentuais em relação ao ano passado. “Nosso trabalho intenso já

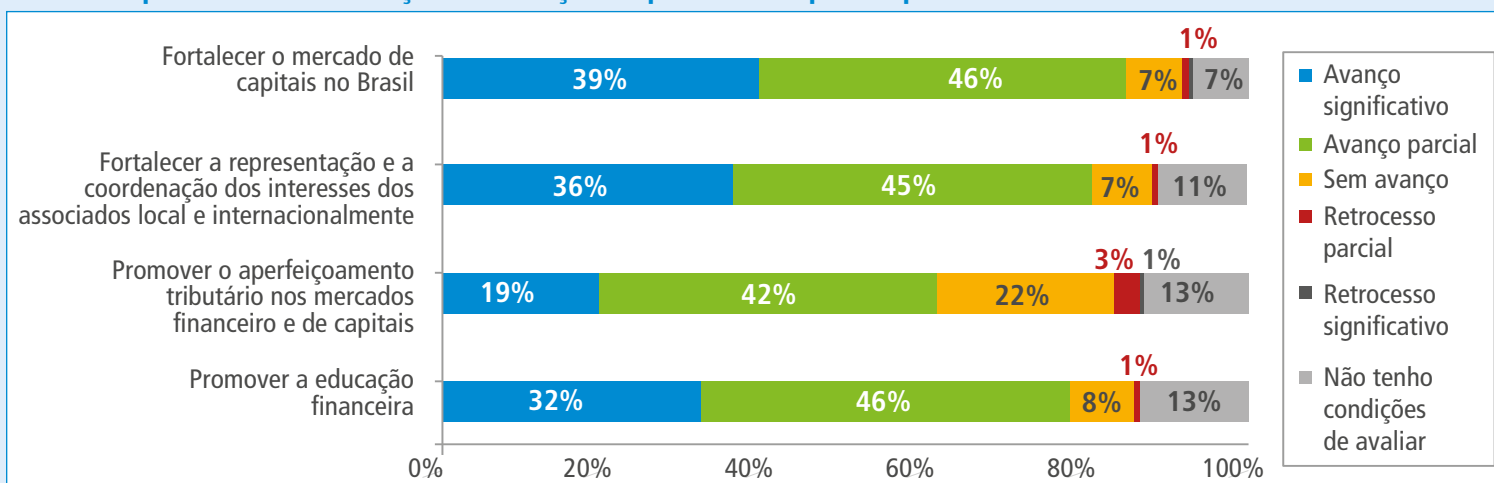
está sendo percebido pelos associados”, diz a presidente Denise Pavarina. Outros 46% reconhecem avanços parciais, o que indica que 85% dos que responderam têm uma visão positiva sobre o tema.

“Uma prioridade permanente na agenda da Associação é a coordenação dos interesses dos associados, ou seja, a forma como nos estruturamos para representar adequadamente os diferentes segmentos do mercado, tanto no plano local quanto no internacional”, lembra Denise. Segundo os resultados da pesquisa, 81% das pessoas disseram ver avanços significativos ou parciais nesse sentido, um aumento de quatro pontos

percentuais em relação à avaliação feita em 2013.

Também houve melhora na percepção do mercado sobre as ações relacionadas à educação financeira, que é outra prioridade da Associação. As avaliações positivas, resultado da soma entre os que afirmaram ver avanços significativos e parciais, atingiram 78%, proporção cinco pontos percentuais mais alta que a registrada no ano passado. Já no que se refere às contribuições para o aperfeiçoamento tributário, 61% das pessoas disseram acreditar que houve avanços significativos ou parciais, proporção que era de 47% em 2013.

Acredita que a ANBIMA avançou em relação às prioridades para o período 2013-2015?



Confira nas próximas páginas o resumo das avaliações dos associados ►

A pesquisa de satisfação também avaliou a percepção dos associados sobre cada um dos compromissos da ANBIMA com o mercado: representar, autorregular, informar e educar.

Representar

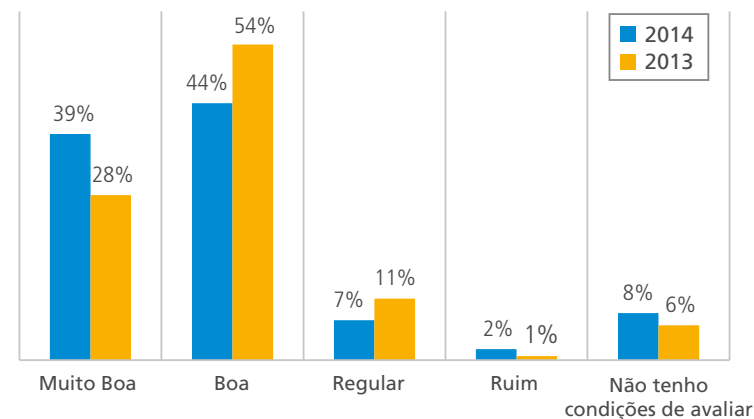
Em destaque:

- > Participação ativa da ANBIMA no processo de definição de novas regulações
- > Relacionamento adequado com reguladores e órgãos do governo
- > Estrutura dos comitês reflete os interesses dos segmentos representados



Atividades de representação

De forma geral, como você avalia a atuação da ANBIMA na representação?



Oitenta e três por cento dos associados afirmaram considerar “boa” ou “muito boa” a forma com a ANBIMA representa os mercados. Entre as questões avaliadas por eles, destaca-se a forma como a Associação organiza sua atuação em relação às mudanças regulatórias: 94% dos associados avaliam que a ANBIMA tem conseguido participar ativamente do processo de definição de novas regras,

atendendo de forma rápida às demandas de reguladores. No ano anterior, essa proporção era de 82%.

Além disso, 84% afirmaram que concordam que a Associação mantém um relacionamento adequado com os órgãos do governo e 81% acreditam que as estruturas e agendas dos comitês ajudam a refletir os interesses de todos os segmentos do mercado.

“A forma como nos estruturamos busca acompanhar a dinâmica do mercado”, fala Patrícia Herculano, superintendente de Representação Institucional. Ela conta, ainda, que com o objetivo de otimizar os debates e agilizar o processo decisório, foi realizada uma revisão dos organismos de representação, com a redução da quantidade de fóruns permanentes e a criação de grupos de trabalho multidisciplinares.

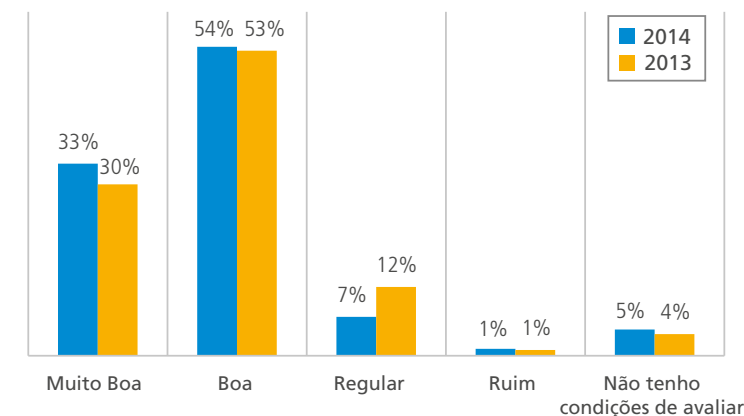
Para 92% dos que responderam à pesquisa, as regras de autorregulação contribuem para o desenvolvimento dos mercados. Sessenta e dois por cento desse total dizem concordar plenamente com a afirmativa e o restante é composto pela parcela que concorda parcialmente. Já em relação à questão “Você tem clareza sobre os benefícios gerados pela autorregulação?”, 87% afirmaram concordar plenamente ou parcialmente.

As supervisões realizadas nas instituições participantes dos códigos de autorregulação são consideradas adequadas por 78% dos associados, total dos que responderam concordar plenamente ou parcialmente com a afirmação. “Os processos de supervisão estão em constante aprimoramento”, conta Guilherme Benaderet, superintendente de Supervisão de Mercados. “Um dos esforços recentes neste sentido foi a implementação da supervisão

periódica unificada, que busca facilitar o processo e reduzir os custos para as instituições participantes dos códigos de autorregulação, sem impactar a qualidade de nossa atuação”, completa. No novo modelo, as empresas encaminham evidências e questionários solicitados pela Supervisão. Com base neste material, é avaliada a necessidade de realizar uma supervisão *in loco*, bem como o escopo dessa supervisão.

Atividades de autorregulação

De forma geral, como você avalia a atuação da ANBIMA na autorregulação?



Autorregular

Em destaque:

- > Autorregulação contribui para o desenvolvimento dos mercados
- > Há clareza sobre os benefícios gerados pela autorregulação
- > Supervisões realizadas nas instituições são adequadas



Informar

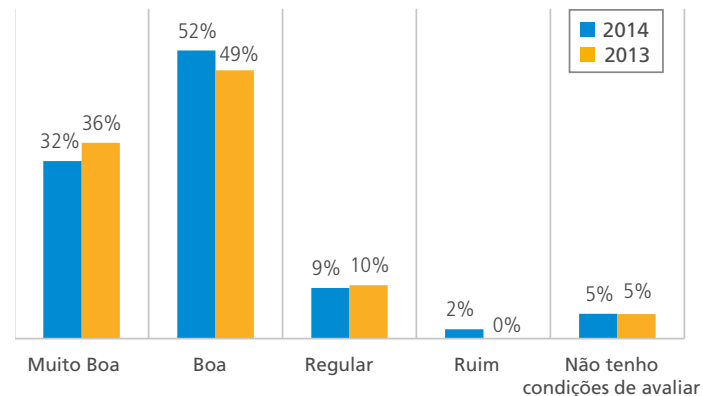
Em destaque:

- > Bases de dados de mercado têm qualidade e abrangência
- > Divulgação de preços e índices tem utilidade e valor
- > Estudos ajudam a aprofundar temas de interesse dos mercados



Atividades de informação

De forma geral, como você avalia a atuação da ANBIMA em relação ao compromisso de informar?



A avaliação geral dos associados sobre as informações divulgadas se manteve estável em relação ao ano passado: 84% consideraram esta atividade “boa” ou “muito boa”. As perguntas buscaram identificar qual é a opinião do mercado sobre o conjunto de informações técnicas produzidas pela Associação. Os resultados indicam que 83% concordam plenamente ou parcialmente que as bases de dados têm qualidade e abrangência adequadas; em relação às ferramentas

de precificação, as avaliações favoráveis somam 71%. Já no que diz respeito aos estudos, 78% afirmaram julgar que os trabalhos ajudam no aprofundamento de temas.

“Nosso objetivo é ter cada vez mais informações sobre os mercados financeiro e de capitais. Com isso, queremos gerar valor aos associados, em especial, e aos demais públicos, como governo, academia, imprensa e investidores internacionais”, explica a

superintendente de Representação Técnica, Valéria Arêas. Este ano foram lançados três estudos (FII, fundos de investimento e *private banking*) e estatísticas sobre fundos imobiliários, preços indicativos de debêntures e informações pós *trading* pelo Sistema REUNE. Também começou o processo de implementação de novas bases de FIDC e de CRI, além da divulgação de informações sobre fundos de investimento e índices, por meio do aplicativo ANBIMA.

Educar

Mesmo tendo apresentado a maior evolução entre todos os compromissos, em relação a 2013, as ações de educação financeira ainda têm o desafio de se tornar mais conhecidas pelos associados. A porcentagem de pessoas que não souberam avaliar estas iniciativas é de 12%, valor ainda alto, porém menor em relação ao ano anterior (19%). Por outro lado, as avaliações positivas ("boa" e "muito boa") sobre a atuação nessa frente subiram nove pontos percentuais, atingindo o total de 74%.

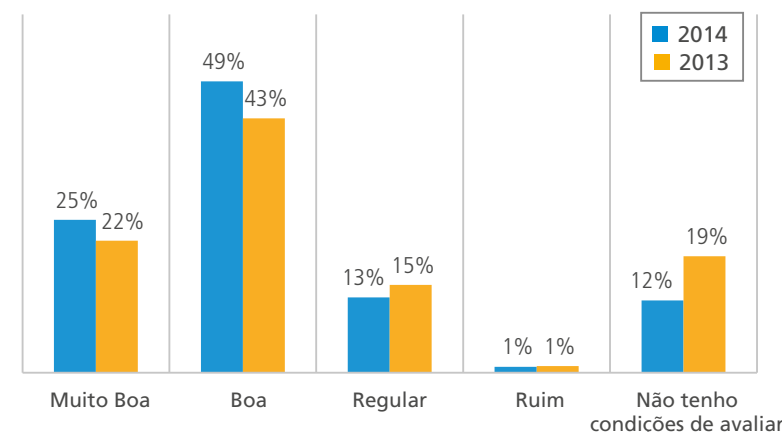
No questionamento sobre o conjunto de certificações (CPA-10, CPA-20, CGA, CEA), 81% dos que responderam disseram concordar plenamente ou parcialmente que o programa é adequado às necessidades de profissionalização do mercado. Ainda assim, está em andamento um projeto de revisão do programa. "Foi iniciada uma discussão sobre a atual arquitetura das certificações, para avaliar possíveis revisões que atendam mais adequadamente a realidade

Em destaque:

- > Certificações atendem necessidades de profissionalização do mercado
- > Transmissão da experiência em educação financeira aos associados
- > Parceria com CVM em programas para estimular a educação financeira

Atividades de educação

De forma geral, como você avalia a atuação da ANBIMA em educação?



atual", explica Ana Leoni, superintendente de Educação. Setenta e quatro por cento disseram concordar total ou parcialmente com a importância dos programas de educação financeira mantidos em

parceria com a CVM, e 63% afirmaram concordar que a ANBIMA tem conseguido transmitir sua experiência em educação para que os associados possam disseminá-la.

Visibilidade sobre as ações da ANBIMA melhora em 2014

Oitenta e nove por cento dos associados afirmaram considerar que o desempenho da ANBIMA em 2014 foi bom ou muito bom. Mais de 80% dos que participaram da pesquisa dizem concordar total ou parcialmente que a Associação tem uma agenda clara de suas prioridades e que as empresas nas quais eles atuam contribuem em temas relevantes. Setenta e sete por cento disseram que concordam plenamente ou parcialmente que houve uma evolução positiva nos últimos anos com relação ao envolvimento e participação dos diferentes tipos de associados.

Saiba mais

Realizada em outubro, a pesquisa é enviada anualmente para pelo menos um representante de cada instituição associada, além dos membros da Diretoria e participantes de comitês, subcomitês, conselhos e comissões. O questionário é uma das etapas do planejamento estratégico que define as prioridades para os próximos anos. Em 2014, 490 pessoas participaram, o que representa 34% dos que receberam a pesquisa. Este número vem crescendo desde 2012, e de lá para cá a participação dos associados aumentou 94%. "Estamos contentes de a cada ano termos mais pessoas engajadas. Por meio das percepções que apuramos com a pesquisa, temos mais insumos para entender as necessidades dos nossos associados", afirma José Carlos Doherty, superintendente geral da Associação.

EVENTO

Nova regra de ofertas públicas com esforços restritos é apresentada ao mercado

Fotos: Ricardo Rollo



Sérgio Goldstein, da ANBIMA, Carlos Rebello, da BM&FBovespa, Carolina Lacerda, da ANBIMA, Flávia Mouta, da CVM, e Nair Janson, da Abrasca, participaram do debate

Representantes do mercado se reuniram no dia 6 de novembro, em São Paulo, para discutir as novas regras para ofertas públicas de valores mobiliários trazidas pela Instrução nº 551 da CVM. O evento contou com a participação da superintendente de Desenvolvimento de Mercado da CVM, Flávia Mouta, e foi organizado pela ANBIMA, com apoio da BM&FBovespa e da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas).

A diretora Carolina Lacerda destacou as mudanças que a nova norma traz para o mercado de capitais brasileiro. "Esta instrução é um marco regulatório importante para o mercado de capitais por dois motivos: a inclusão dos ativos de renda variável e a ampliação do número máximo de investidores e subscritores que podem participar de operações restritas", disse.

Em seguida, Flávia apresentou a regra e as principais mudanças que ela trará para o mercado. "Para a CVM é importante fazer essa apresentação cara a cara, pois nem sempre

conseguimos expor no papel todo o processo de construção da norma", explicou. Segundo ela, os assuntos editados na Instrução nº 551 já eram discutidos desde 2008, mas viraram prioridade em 2013 impulsionados pelo Comitê Técnico de Ofertas Menores, que reuniu instituições públicas e privadas para elaborar propostas para estimular o financiamento de empresas de pequeno e médio porte.

As regras de dispersão dos regulamentos do Novo Mercado – Nível 1 e Nível 2 para as companhias que realizarem ofertas conforme a nova instrução foram apresentadas por Carlos Rebello, diretor de Regulação de Empresas da BM&FBovespa. Nair Saldanha Janson, vice-presidente da Comissão Jurídica da Abrasca, comentou os aspectos práticos das regras.

Já Sérgio Goldstein, vice-presidente

Flávia Mouta, da CVM, apresentou ao mercado as mudanças trazidas pela Instrução nº 551

do Comitê de Finanças Corporativas da ANBIMA, destacou, entre as novidades, o aproveitamento das janelas de mercado. "Esta é uma ferramenta que pode ser muito útil em um mercado como o nosso, marcado pela volatilidade e por aberturas e fechamentos de janelas de investimento", disse. Ele também comentou a forma como as propostas foram discutidas dentro da Associação e com a CVM. ■



Grupos de trabalho debatem sugestões para audiências públicas da CVM

Tiveram início consultas sobre distribuição de COE, participação e voto a distância em assembleias e companhias abertas e investimentos de não residentes. A Associação criou grupos de trabalho para alinhar as sugestões do mercado e encaminhar à autarquia.

Distribuição de COE

Participantes do grupo de trabalho que discute COE (Certificado de Operações Estruturadas) debatem as regras para distribuição do produto, colocadas em audiência pública pela CVM no dia 25 de novembro. A minuta está em linha com as sugestões apresentadas em junho ao corpo técnico da CVM. O GT também reúne representantes da Cetip e da BM&FBovespa.

Uma das propostas em discussão é que a distribuição do COE seja feita nos mesmos moldes das cotas de fundos abertos regulados pela Instrução nº 409, isto é, sem registro na autarquia. O pedido se justifica pela necessidade de agilidade na estruturação e venda do produto. Além disso, o Banco Central já exerce supervisão sobre os emissores.

Outra novidade trazida pela nova regra será a criação de um documento (DIE – Documento de Informações Essenciais) para ser entregue aos investidores com informações claras e objetivas sobre o produto. Entre elas estão a estrutura de remuneração, o funcionamento e os riscos envolvidos.

A audiência termina em 23 de fevereiro.

Participação e voto em assembleias gerais

Foi formado um grupo de trabalho para discutir as propostas para alteração das regras das Instruções nº 480 e nº 481 sobre participação e voto à distância em assembleias gerais de companhias abertas.

O edital da audiência, divulgado em 20 de outubro, propõe a criação de um boletim de voto, instrumento que vai permitir que o acionista exerça seu direito antes da assembleia. A minuta propõe também que o documento possa ser enviado por meio da cadeia composta por custodiante, depositário central e escriturador.

O grupo de trabalho é formado por representantes dos Comitês de Serviços Qualificados, Finanças, Mercado e Assuntos Jurídicos.

Investimentos de não residentes

Entraram em audiência pública, no dia 11 de novembro, duas minutas de instrução da CVM que trazem regras complementares para os investimentos de não residentes nos mercados brasileiros. Os documentos tratam da aprovação pela CVM dos programas de Depositary Receipts e do registro, das operações e da divulgação de informações do investidor não residente. As regras complementarão a Resolução nº 4.373, que entrará em vigor em 30 de março de 2015.

Foram criados dois grupos de trabalho para discutir os assuntos, reunindo representantes indicados pelos comitês de Finanças Corporativas e de Serviços Qualificados.

- As principais mudanças na regulação das aplicações de investidores não residentes nos mercados brasileiros são tema do Informe de Legislação nº 23. O documento detalha as mudanças trazidas pela Resolução nº 4.373, publicada pelo Conselho Monetário Nacional no dia 29 de setembro. O informe está no portal, na área de “Informações Técnicas” e “Regulação”. Se preferir, acesse pelo QR Code ao lado.



Comitês encaminham propostas sobre fundos imobiliários e registro simplificado de ofertas

O Comitê de Produtos Imobiliários encaminhou ofício resposta para a audiência pública das Instruções nºs 472 e 400 para a CVM. Foram enviadas sugestões de aperfeiçoamento para as regras de governança e informações periódicas e eventuais para fundos imobiliários. A proposta foi discutida no grupo de trabalho, que contou também com representantes dos Comitês de Serviços Qualificados e Assuntos Jurídicos.

Entre os principais pedidos estão o estabelecimento de quórum necessário para garantir a representatividade dos cotistas e a inserção de matérias na pauta de assembleias gerais; a delimitação da atividade do representante de cotistas e fixação de sua remuneração no regulamento; a exemplificação de operações com partes relacionadas que não se caracterizam como conflito de interesses; e critérios para uniformização da taxa de administração dos fundos imobiliários.

Também em novembro, o Comitê de Finanças Corporativas enviou à CVM ofício com sugestões para atualização e uniformização da Instrução nº 471, que regula o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

A proposta tem o objetivo de alinhar o normativo com as regras recentemente editadas pelas Instruções nºs 547 e 548, como a divulgação de regime de informação ao mercado e a disponibilização do prospecto preliminar por meio eletrônico.

INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Lucas Lucena | EDIÇÃO: Mônica Chaves
PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800
SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carlos Massaru Takahashi, Gustavo Adolfo Fúncia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

DIRETORES: Alenir de Oliveira Romanello, Altamir Batista Mateus da Silva, Carlos Augusto Salomonde, Carolina Lacerda, Celso Scaramuzza, Jair Ribeiro da Silva Neto, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Otávio Romagnoli Mendes, Richard Ziliotto, Saša Markus, Sylvio Araújo Fleury e Vital Meira de Menezes Junior

COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculanio, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino

www.anbima.com.br

Anuário de Fundos

Começou a elaboração do Anuário de Fundos ANBIMA/FGV 2015, publicação que traz informações das gestoras de fundos em 2014. As instituições enviaram questionário preenchido com seu perfil, dados cadastrais e prestadores de serviço até o dia 19 de dezembro. A próxima etapa é de responsabilidade da Associação, que consolidará os dados dos fundos de cada gestora de acordo com as informações cadastradas na base.

A novidade é que esta edição é apenas para instituições associadas, o que dará mais visibilidade para as empresas. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail faleconosco@anbima.com.br.

Educação Financeira

Ana Leoni, superintendente de Educação da ANBIMA, participou das Jornadas de Educação Financeiras e Proteção ao Investidor, evento realizado pela Superintendência de Companhias y Valores do Equador, em novembro. Ela apresentou o “Como Investir em Você”, projeto que leva cursos de extensão à distância sobre o tema para estudantes universitários.

Adesões

Em novembro, aderiram aos códigos de Fundos de Investimento e de Certificação: a Journey Capital, a Janos Holding, a Selecta Brasil e a VBI Real Estate. A Albatroz Capital aderiu apenas ao Código de Certificação.

Rodrigo Ayub, presidente do Comitê de Certificação, Helcio Tegeda, vice-presidente do grupo, e Paulo Secches, da Oficina Sophia participaram do encontro



Carlos Massaru, vice-presidente da ANBIMA, falou sobre a importância das certificações dentro das estratégias de educação financeira

Profissionais do mercado discutem rumos das certificações em workshop

Foram apresentados os resultados da pesquisa realizada para conhecer a percepção dos agentes do mercado e clientes sobre o Programa de Certificação Continuada.

Os resultados de pesquisa realizada com o mercado para mapear o perfil e as habilidades dos profissionais que atuam na distribuição de investimentos no Brasil foram apresentados em Workshop de Certificação, no dia 27 de novembro. No evento, realizado em São Paulo, também foram expostas as percepções dos profissionais e dos clientes de instituições financeiras sobre as certificações. Os trabalhos são um primeiro passo para revisão das certificações da ANBIMA.

Carlos Massaru, vice-presidente da Associação, ressaltou a importância das certificações dentro das estratégias de educação financeira. “Temos que pensar como levar a certificação para um novo patamar, de forma que ela seja um sinal de qualidade para o profissional nos momentos em que o investidor tenha necessidade de consultoria

adequada para tomar as suas decisões”, disse.

A relevância das certificações nas atividades da Associação foi abordada por José Carlos Doherty, superintendente geral da ANBIMA. Ele ressaltou, também, que a multiplicação da educação financeira por meio dos associados é uma prioridade estratégica. “O mercado mudou, ficou mais complexo, e os profissionais mudaram junto com as instituições e o investidor. Então fez todo sentido começarmos este trabalho de revisão do processo de certificação”, explicou.

A agenda de trabalho do Comitê de Certificação foi apresentada por Rodrigo Ayub, presidente do grupo. Segundo ele, essa primeira etapa é muito importante, pois permitiu que fossem entendidas as percepções tanto do profissional

quanto do investidor sobre o seu relacionamento.

Os resultados da pesquisa, realizada com mais de 2 mil agentes de mercado, mostraram que para o profissional a certificação é um elemento de valor, que confere credibilidade e resgata a percepção de que está habilitado a realizar bem o seu trabalho. Já o investidor espera que seus gerentes tenham conhecimento, proatividade e, principalmente, que orientem com pertinência. Por isso, a maioria dos entrevistados diz que a confiança na instituição e o relacionamento com os gerentes são mais importantes que o retorno na hora de decidir onde investir.

Helcio Tegeda, vice-presidente do Comitê de Certificação, moderou o evento, que contou com a participação de 44 pessoas. Outras 55 acompanharam o workshop pela internet. ■